



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA

**PROCESSO Nº. 741/2003 (03 volumes)**

**APENSOS** Nº. 040.004.494/03 (Apenso 1)  
Nº. 040.003.444/03 (Apenso 2) – Inventário Patrimonial  
Nº. 332/02  
Nº. 340/02 (01 anexo)

**PARECER** Nº. 1427/2010-DA

**EMENTA:** Tomada de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis pela Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos – STDH/DF e dos Gestores do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – FUNSOL, referente ao exercício de 2002. Irregularidades destacadas pelo Controle Interno. Audiência dos dirigentes da STDH/DF e julgamento das contas dos gestores do FUNSOL regulares com ressalvas (Decisão nº. 2.160/2006 e Acórdão nº. 112/2006). Apresentação de razões de justificativa. Sobrestamento da análise de mérito das justificativas até o deslinde de feitos em tramitação na Corte capazes de refletir nas presentes contas (Decisão nº. 998/2007). Deslinde dos processos sobrestantes. Instrução pugna pelo levantamento do sobrestamento e julgamento das contas regulares, regulares com ressalvas e irregulares. Parecer parcialmente divergente do Ministério Público. Justificativas ofertadas insuficientes para afastar a responsabilidade dos gestores responsáveis. Pela irregularidade das contas de todos os dirigentes da STDH/DF.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos da Tomada de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis da Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal – STDH/DF e do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – FUNSOL, relativa ao exercício de 2002, cujos nomes, cargos ou funções e respectivos períodos de gestão foram listados à fls. 388 e 389/390, respectivamente.

2. O Tribunal, mediante a Decisão nº. 2.160/2006 (fl. 104), autorizou a audiência dos dirigentes da STDH/DF, **Srs. Daniel Marques de Sousa, Vatanábio Brandão de Souza, Dulce Maria Jabour Tannuri, Paulo Roberto Soares, José Ribamar Lobo Castro, Henrique José Cruz Laender e José Ricardo de Moraes Verano**, para apresentarem justificativas quanto às falhas indicadas no Relatório de Auditoria nº. 034/2004-Controladoria (fls. 250/269-apenso 1), ante a possibilidade do julgamento irregular de suas contas, nos termos do artigo 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº. 01/94, além de julgar regulares com ressalvas as contas dos gestores do FUNSOL, na forma do Acórdão nº. 112/06 (fl. 105), sendo que a **Sra. Neli de Souza** foi excluída da audiência em questão em razão do exíguo período em que substituiu o titular da Diretoria de Apoio Operacional da STDH/DF.

3. Em atenção ao citado **decisum**, os gestores apresentaram suas razões de justificativa (fls. 257/298 e 302/324), à exceção do **Sr. José Ribamar Lobo Castro**, que não se dignou a comparecer aos autos, razão pela qual deve ser considerado revel pelo Tribunal, conforme previsto no artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº. 01/94.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

4. Ato contínuo, a Corte de Contas decidiu tomar conhecimento das justificativas apresentadas e sobrestar o julgamento das contas dos gestores da STDH/DF, consoante Decisão nº. 998/2007 (fl. 484), devido aos fatos apurados no Processo nº. 468/02 (TCA de 2001), Processo nº. 556/04 (TCE) e Processo nº. 3.359/99 (Auditoria de Regularidade), os quais teriam condão de afetar a gestão sob exame, além de considerar revel para todos os efeitos o **Sr. José Ribamar Lobo Castro**.

5. A Unidade Técnica destacou que as justificativas ofertadas pelos dirigentes da STDH/DF foram examinadas por meio da Informação nº. 141/06 (fls. 436/456), ressaltando que, em face do deslinde dos processos sobrestantes, passa-se, no atual momento processual, à análise de eventuais reflexos dos citados feitos na gestão em apreço.

**Das razões de justificativas**

6. Em apertada síntese, reiterou que, quando do exame das justificativas carreadas aos autos pelos dirigentes da STDH/DF (Informação nº. 141/06 – fls. 436/456), assim concluiu:

*“a) parcialmente procedentes aquelas ofertadas por Daniel Marques, Paulo Roberto Soares e Henrique José Laender, vez que não conseguiram afastar as irregularidades objetos dos subitens I, VII e VIII do § 2º da Informação (fls. 443);*

*b) improcedentes aquelas apresentadas por Dulce Maria Jabour Tannuri, Vatanábio Brandão Souza e José Ricardo de Moraes Verano, por não apresentarem mérito capaz de afastar as irregularidades, direcionando o julgamento das presentes contas para irregularidade, nos termos preconizados no inciso III do art. 17 da LC 1/94;*

*c) revel para todos os efeitos José Ribamar Lobo Castro, por não ter comparecido aos presentes autos.”*

7. Registrou, ainda, que as falhas e/ou irregularidades constantes do Relatório de Auditoria nº. 034/2004-Controladoria (fls. 250/269-apenso 1), que determinaram a audiência objeto da Decisão nº. 2.160/2006, foram as seguintes:

*I) ausência de documentação funcional do ICS na Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos (subitem 7.2.2.b da Informação 038/05 – fls. 78 do presente processo e fls. 254/255 do Ap.1);*

*II) ausência de ressarcimento de ligações telefônicas (subitem 7.2.2.c da Informação n.º 038/05 - fls. 78 do presente processo e fls. 255/256 do Ap.1);*

*III) ligações interurbanas em celulares da Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos - STbDH (subitem 7.2.2.d da Informação n.º 038/05 - fls. 79 do presente processo e fls. 256 do Ap.1);*

*IV) ausência de planejamento e falha na elaboração do projeto básico (subitem 7.2.2.f da Informação n.º 038/05 - fls. 81 do presente processo e fls. 257 do Ap.1);*

*V) Contrato de Gestão firmado com o Instituto Candango Solidariedade – ICS com valor superior em cerca de 246,98% do constante da proposta nº 007/02, sem a apresentação de justificativa (subitem 7.2.2.g da Informação n.º 038/05 - fls. 81 do presente processo e fls. 257/258 do Ap.1);*

*VI) ausência de informações relevantes acerca do Contrato de Gestão firmado com o ICS, tanto no Proc. nº 170.000.098/02 como no Contrato de Gestão nº 008/02*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

*(subitem 7.2.2.h da Informação n.º 038/05 - fls. 81 do presente processo e fls. 258 do Ap.1);*

- VII) *verificação de 41 multas de trânsito cometidas por servidores da STbDH e empregados do ICS, incidentes sobre veículos do GDF (subitem 7.2.2.i da Informação n.º 038/05 - fls. 82 do presente processo e fls. 259/260 do Ap.1);*
- VIII) *existência de multas de trânsito cometidas por empregados do ICS sem o devido ressarcimento (subitem 7.2.2.j da Informação n.º 038/05 - fls. 82 do presente processo e fls. 260 do Ap.1);*
- IX) *recolhimento de veículos nas residências de motoristas, contrariando o Decreto nº 10.987/87 e a Portaria nº 060/87-SEA (subitem 7.2.2.l da Informação n.º 038/05 - fls. 82 do presente processo e fls. 261 do Ap.1);*
- X) *falhas no preenchimento da documentação de controle de movimentação de veículos de serviço (subitem 7.2.2.m da Informação n.º 038/05 - fls. 83 do presente processo e fls. 261/262 do Ap.1);*
- XI) *recolhimento a menor do imposto sobre serviços referente ao Show do Trabalhador, realizado em 1º de maio de 2002. Foi retido 1% quando o correto seria 5% (subitem 7.2.2.n da Informação n.º 038/05 - fls. 83 do presente processo e fls. 262 do Ap.1);*
- XII) *divergências entre o estoque físico, Nota de Recebimento e Notas Fiscais concernentes à compra de água mineral, conforme apontado no Relatório nº 02/2003-SLM/SGA e do Relatório de Auditoria nº 077/03 – CONTROLADORIA, falha essa que afeta não a gestão dos agentes de material, mas sim a gestão dos Administradores da STbDH, vez que indica inobservância do disposto no caput do art. 56 do Decreto nº 16.098/94 (Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF), bem como pagamento antecipado de despesa, em desacordo com o art. 59 do referido Decreto (subitem 7.2.2.1 da Informação n.º 038/05 - fls. 29/30 e fls. 91 do presente processo)". (Grifos da 2ª ICE)*

**Dos processos sobrestantes**

8. Nos autos do **Processo nº. 468/02**, que trata da TCA dos Ordenadores de Despesas da STDH/DF e dos gestores do FUNSOL, relativa ao exercício financeiro de 2001, o Tribunal decidiu considerar procedentes as razões de justificativas ofertadas pelos **Srs. Rozendo Ferreira Pinto e José Alvarez da Costa**, e parcialmente procedentes as dos **Srs. Paulo Roberto Soares, Edimar Braz de Queiroz, Daniel Marques de Sousa e Henrique José Cruz Laender**, julgando regulares as contas dos **Srs. Edimar Braz de Queiroz, Rozendo Ferreira Pinto e José Alvarez da Costa**, e regulares com ressalvas as contas dos **Srs. Daniel Marques de Sousa, Paulo Roberto Soares e Henrique José Cruz Laender**, gestores da STDH/DF, além de julgar regulares com ressalvas as contas dos gestores do FUNSOL, alusivas ao exercício de 2001, nos termos da Decisão nº. 3.986/2006 e do correspondente Acórdão nº. 180/2006 (cópias às fls. 490/492).

9. Posteriormente o Acórdão nº. 180/2006 foi reformado pelo Acórdão nº. 186/2008 (cópias às fls. 491/492 e 495), afastando as ressalvas indicadas nos **subitens 3.1, 4.1.3 e 4.3.1** do Relatório de Auditoria nº. 32/2002-SUAUD, objeto daquele feito, atribuídas aos **Srs. Henrique José Cruz Laender, Daniel Marques de Souza e Paulo Roberto Soares**, em razão das contrarrazões recursais por eles ofertados terem sido consideradas pertinentes pela Corte de Contas, permanecendo, contudo, as seguintes ressalvas às suas contas (cópia à fl. 491): "**Subitem 3.2 – Descumprimento de condições editalícias; Subitem 3.3 – Declarações genéricas de**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*quantitativos pelos licitantes; e Subitem 4.1.2 – Improriedades observadas no Contrato de locação de imóvel nº 007/01”.*

10. Noticiou, por fim, que os autos do **Processo nº. 468/02** encontram-se arquivados.

11. No tocante ao **Processo nº. 3.359/99**, que versa sobre a Auditoria de Regularidade levada a efeito na Secretaria de Trabalho Emprego e Renda do Distrito Federal – SETER/DF, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 1999, a Unidade Técnica noticiou que, mediante a Decisão nº. 4.652/2007, inciso III, alínea “a” (cópia à fl. 497), foi determinado o sobrestamento das contas anuais referentes aos exercícios de 2002 e 2003, até o deslinde do Processo nº. 556/04, apenso aos autos em questão.

12. Por sua vez, informou que, atuando no **Processo nº. 556/04**, que cuida da Tomada de Contas Especial instaurada para “(...) *apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato de Gestão nº 08/2002, firmado entre a antiga Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos/STDH e o Instituto Candango de Solidariedade/ICS*”, em atenção à determinação contida na Decisão nº. 4.117/2003, o Tribunal deliberou, em síntese, por considerar ilegal a contratação do ICS, aplicar multas, imputar débito e aplicar a sanção prevista no artigo 60 da Lei Complementar nº. 01/94 aos responsáveis ali identificados, a teor da Decisão nº. 8.469/2008 e do Acórdão nº. 284/2008 (cópias às fls. 498/502).

13. Acrescentou que os **Srs. Luiz Augusto Almeida de Castro, Dulce Maria Jabour Tannuri, Vatanábio Brandão Souza e José Ricardo de Moraes Verano**, inconformados com o citado **decisum**, interpuseram recursos, que, no mérito, foram parcialmente providos, consoante Decisão nº. 3.847/2010 (cópia à fl. 503).

14. Ao final, ressaltou que o **Processo nº. 556/04** tramita com embargo apresentado pelo **Sr. Adilson de Queiroz Campos**, representante legal do ICS, cujo mérito ainda pende de apreciação definitiva desta Corte de Contas.

#### **Das conclusões**

15. Em face do exposto, a Unidade Técnica observou que, nos autos do **Processo nº. 556/04** (TCE), foram apontadas graves infrações às normas legais e regulamentares, em especial à Lei Distrital nº. 2.415/99 e ao Decreto nº. 16.098/94, que acarretaram a ocorrência de prejuízo aos cofres públicos da ordem de **R\$ 231.384,55 (duzentos e trinta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**, cuja responsabilidade fora atribuída aos **Srs. Adilson de Queiroz Campos, Ronan Batista, Vatanábio Brandão Souza, José Ricardo de Moraes Verano, Luiz Augusto Almeida de Castro e Dulce Maria Jabour Tannuri**, nos termos da Decisão nº. 8.469/2008, consubstanciada nos incisos I, II e V do Acórdão nº. 284/2008 (cópias às fls. 498/502, respectivamente), a seguir transcritos:

*“I - com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994 e no artigo 182, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aplicar ao senhor **Vatanábio Brandão Souza** multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), uma vez que as alegações de defesa ofertadas foram consideradas insuficientes para elidir as seguintes ilegalidades verificadas na contratação do Instituto Candango de Solidariedade realizada pela então Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal, por intermédio do intitulado Contrato de Gestão nº 008/2002: (a) incompatibilidade com as disposições do*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*artigo 37, caput e inciso II, da Constituição Federal e do artigo 19, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei Federal nº 9.637/1998 e da Lei Distrital nº 2.415/1999, tendo em vista que o ajuste, ao simular contrato de gestão, representa burla à regra do concurso público; (b) celebração de ajuste com objeto amplo e genérico, contrariando as disposições dos artigos 7º, inciso I, e 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Distrital nº 2.415/1999 e Enunciado nº 8 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF; (c) ausência de metas e critérios de avaliação de desempenho que pudessem estabelecer parâmetros objetivos para a elaboração do planejamento dos desembolsos financeiros, do plano de ação, do plano de trabalho e da situação desejada, em desacordo, portanto, com o inciso I do artigo 7º da Lei nº 2.415/1999; (d) inexistência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, conforme artigos 7º, § 2º, inciso II, e 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e (e) falta de justificativa de preços para a contratação da entidade, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;*

*II - com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994 e no artigo 182, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aplicar aos senhores **Vatanábio Brandão Souza, José Ricardo de Moraes Verano**, Luiz Augusto Almeida de Castro e **Dulce Maria Jabour Tannuri** multa individual no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), uma vez que as alegações de defesa ofertadas foram consideradas insuficientes para elidir as seguintes irregularidades verificadas na execução do Contrato de Gestão nº 008/2002: (a) inexistência de prestação de contas nos moldes estabelecidos no § 1º do artigo 8º da Lei nº 2.415/1999; (b) ausência de publicação dos relatórios financeiros e do relatório de execução do Contrato de Gestão consoante os artigos 2º e 8º, § 2º, da Lei nº 2.415/1999; (c) inexistência de atestado de execução emitido pelos executores técnicos, certificando que os serviços foram efetuados em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho, fato que contraria o artigo 16 do Decreto nº 16.098/1994; e (d) falta de declaração expressa do ordenador de despesa, aprovando a prestação de contas e atestando a aplicação regular dos recursos transferidos pela jurisdição, em desacordo, portanto, com o artigo 18, inciso XII, do Decreto nº 16.098/1994;*

*(...)*

*V - nos termos do artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1994, determinar a cientificação de Adilson de Queiroz Campos, Ronan Batista, **Vatanábio Brandão Souza, José Ricardo de Moraes Verano**, Luiz Augusto Almeida de Castro e **Dulce Maria Jabour Tannuri**, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente, o débito, no valor de R\$ 231.384,55 (duzentos e trinta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais, cinquenta e cinco centavos), que lhes é imputado nesta tomada de contas especial na forma indicada neste voto, com os acréscimos legais, em decorrência de valores transferidos ao Instituto Candango de Solidariedade, no âmbito do Contrato de Gestão nº 008/2002, por serviços cuja realização foi comprovada com documentos fiscais que não contêm o atestado de prestação do serviço por agente público, consoante prescreve o parágrafo único inciso II do Decreto nº 16.098/1994". (Grifos da 2ª ICE).*

16. Nesse contexto, verificou que as irregularidades constatadas no Contrato de Gestão nº. 008/02, firmado entre a STDH/DF e o ICS, objeto do **Processo nº. 556/04**, que motivou o sobrestamento das presentes contas, têm repercussão na gestão dos dirigentes responsáveis pelo exercício de 2002, mostrando-se suficientes para conduzir ao julgamento irregular das contas dos gestores envolvidos.

17. Considerou, contudo, dispensável a aplicação da multa prevista no artigo 20 da Lei Complementar nº. 01/94, porquanto os dirigentes responsáveis em apreço já teriam sido multados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

pelas irregularidades detectadas no citado Contrato de Gestão nº. 008/02, conforme Acórdão nº. 284/2008 (cópia às fls. 500/502).

18. Isso posto, concluiu suas ponderações sugerindo ao eg. Plenário:

- I. autorizar o levantamento do sobrestamento das presentes contas;*
- II. julgar, nos termos do art. 17, inciso I, da Lei 1/94, regulares as contas de Dulce Maria Jabour Tannuri (Secretária-Respondendo, período de 29/11 a 31/12/02) e Neli de Souza (Diretora de Apoio Operacional – Substituta, no período de 20/11 a 29/11/02);*
- III. julgar, nos termos do art. 17, inciso II da Lei 1/94, as contas de Daniel Marques de Sousa (Secretário, período de 01/01 a 06/02/02); Paulo Roberto Soares (Secretário-Adjunto, período de 01/01 a 14/03/02; Secretário-Respondendo, período de 02/01 a 16/01/02; e Diretor de Apoio Operacional-Respondendo, no período de 26/02 a 04/03/02), Henrique José Cruz Laender (Diretor de Apoio Operacional, período de 01/01 a 25/02/02); e José Ribamar Lobo Castro (Assessor de Gabinete, período de 15/03 a 31/12/02), regulares com as ressalvas indicadas nos Subitens 3.1, 6.1 e 6.2 do Relatório de Auditoria nº 034/2004 – Controladoria;*
- IV. julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da LC 1/94, irregulares as contas de Vatanábio Brandão Souza (Secretário, período de 07/02 a 28/11/02) e de José Ricardo de Moraes Verano (Diretor Operacional, período de 05/03 a 31/12/03), em razão das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 034/2004, subitens 3.1, 4.1, 4.2, 5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2, 6.4, 6.5 e 7.1;*
- V. autorizar o arquivamento dos autos e a devolução dos apensos nºs 040.004.494/03 e 040.003.444/03 à origem.”*

19. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para pronunciamento, registro que, no atual momento processual, examinam-se as razões de justificativa ofertadas pelos dirigentes da STDH/DF, responsáveis pelo exercício financeiro de 2002, **Srs. Daniel Marques de Sousa, Vatanábio Brandão de Souza, Dulce Maria Jabour Tannuri, Paulo Roberto Soares, José Ribamar Lobo Castro, Henrique José Cruz Laender e José Ricardo de Moraes Verano**, em atenção à audiência determinada pela Decisão nº. 2.160/2006 (fl. 104), posto que a análise de mérito das alegações trazidas aos autos pelos nominados gestores encontrava-se sobrestada, a teor da Decisão nº. 998/2007 (fl. 484), aguardando-se o deslinde do **Processo nº. 468/02** (TCA do exercício de 2001), do **Processo nº. 556/04** (TCE) e do **Processo nº. 3.359/99** (Auditoria de Regularidade).

20. Preliminarmente, cabe ressaltar que compareceram aos autos para ofertar as justificativas pertinentes, individualmente, os **Srs. Henrique José Cruz Laender** (fls. 257/276), **Paulo Roberto Soares** (fls. 277/298), e **Daniel Marques de Sousa** (fls. 302/307), e, em conjunto, os **Srs. Vatanábio Brandão de Souza, Dulce Maria Jabour Tannuri e José Ricardo de Moraes Verano** (fls. 308/324), enquanto o **Sr. José Ribamar Lobo Castro** não apresentou suas justificativas, razão pela qual a Corte de Contas o considerou revel, nos termos do item IV da Decisão nº. 998/2007, sujeitando-o, portanto, ao que ora vier a ser decidido no presente feito.

21. Oportuno salientar que o Órgão Ministerial, por meio do Parecer nº. 51/07-CF (fls. 459/465), já procedeu ao exame de mérito das razões de justificativa apresentadas pelos dirigentes em questão, cujo entendimento consignado pela douta Procuradora-Geral, Cláudia Fernanda de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Oliveira Pereira, peço vênia para transcrever a seguir, uma vez que se encontra em consonância com o posicionamento deste representante ministerial:

“(…)

6. *Os administradores e demais responsáveis chamados em audiência **não conseguiram afastar, com exceção da divergência do estoque físico com os elementos informativos específicos, as diversas irregularidades identificadas nos autos.** Avultam as decorrentes do Contrato de Gestão N.º 008/02, o qual está sendo examinado nos autos de contas especiais N.º 556/04, em razão das falhas e ilegalidades identificadas e da ausência de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos.*

7. *Além disso, entre outras irregularidades, a ausência de documentação referente aos empregados do ICS demonstra o descontrole das pessoas que circularam nos próprios públicos e que tiveram acesso aos documentos e veículos oficiais.*

8. *Apesar de procedimentos adotados posteriormente para os casos do uso indevido de telefones, por exemplo, tal fato não elide a irregularidade identificada.*

9. *Na realidade, **os justificantes não acostaram quaisquer documentos no sentido de afastar as irregularidades ora em foco,** razão pela qual se concorda com as sugestões do Corpo Técnico.*

10. *Cumpre salientar que o Processo N.º 3359/99 (Auditoria de Regularidade de n.º. 22/99), apontado também pela Instrução como fundamental para o desfecho dos presentes autos, está com carga para a 2ª ICE desde outubro de 2005, razão pela qual a Inspeção deve envidar esforços para a conclusão dos respectivos trabalhos.*

11. *Assim, esta representante do MPC/DF opina por que o Tribunal acolha as sugestões da Inspeção, com a observação do parágrafo precedente.” (Grifei)*

22. Como se vê, naquela oportunidade, o Ministério Público de Contas já alertava para a possibilidade de os **Processos n.º. 468/02** (TCA de 2001), **n.º. 556/04** (TCE) e **n.º. 3.359/99** (Auditoria de Regularidade) terem condão de repercutirem no julgamento da gestão em tela.

23. Deve-se observar que, na presente fase processual, as matérias tratadas nos citados feitos, cujos resultados poderiam refletir no julgamento das contas em exame, encontram-se conclusas.

24. O **Processo n.º. 468/02** já teve decisão definitiva, encontrando-se arquivado.

25. Por sua vez, nos autos do **Processo n.º. 3.359/99**, o Tribunal determinou o sobrestamento das contas de 2002 e de 2003, consoante alínea “a” do inciso III da Decisão n.º. 4.652/2007 (cópia à fl. 497), até o deslinde do Processo n.º. 556/04, apenso àqueles autos.

26. Já no **Processo n.º. 556/04**, a Corte de Contas considerou ilegal a contratação do ICS, objeto do Contrato de Gestão n.º. 008/2002, em razão das inúmeras irregularidades constatadas naquele ajuste.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

27. Frise-se que, no referido processo, a Decisão nº. 8.469/2008 (fls. 498/499), consubstanciada no Acórdão nº. 284/2008 (fls. 500/502), aplicou multa individual aos **Srs. Luiz Augusto Almeida de Castro, Dulce Maria Jabour Tannuri, Vatanábio Brandão Souza e José Ricardo de Moraes Verano**, no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, além de imputar-lhes débito da ordem de **R\$ 231.384,55 (duzentos e trinta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**, em razão das irregularidades constatadas na execução do referido Contrato de Gestão, aplicando-lhes, ainda, a sanção prevista no artigo 60 da Lei Complementar nº. 01/94, posteriormente excluída pela Decisão nº. 3.847/2010 (fl. 503).

28. Ressalte-se que, no Contrato de Gestão nº. 008/2002, foram apontadas as seguintes falhas e/ou irregularidades:

- *incompatibilidade com as disposições do artigo 37, caput e inciso II, da Constituição Federal e do artigo 19, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei Federal nº 9.637/1998 e da Lei Distrital nº 2.415/1999, tendo em vista que o ajuste, ao simular contrato de gestão, representa burla à regra do concurso público;*
- *celebração de ajuste com objeto amplo e genérico, contrariando as disposições dos artigos 7º, inciso I, e 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Distrital nº 2.415/1999 e Enunciado nº 8 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF;*
- *ausência de metas e critérios de avaliação de desempenho que pudessem estabelecer parâmetros objetivos para a elaboração do planejamento dos desembolsos financeiros, do plano de ação, do plano de trabalho e da situação desejada, em desacordo, portanto, com o inciso I do artigo 7º da Lei nº 2.415/1999;*
- *inexistência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, conforme artigos 7º, § 2º, inciso II, e 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993,*
- *falta de justificativa de preços para a contratação da entidade, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;*
- *inexistência de prestação de contas nos moldes estabelecidos no § 1º do artigo 8º da Lei nº 2.415/1999;*
- *ausência de publicação dos relatórios financeiros e do relatório de execução do Contrato de Gestão consoante os artigos 2º e 8º, § 2º, da Lei nº 2.415/1999;*
- *inexistência de atestado de execução emitido pelos executores técnicos, certificando que os serviços foram efetuados em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho, fato que contraria o artigo 16 do Decreto nº 16.098/1994;*
- *falta de declaração expressa do ordenador de despesa, aprovando a prestação de contas e atestando a aplicação regular dos recursos transferidos pela jurisdição, em desacordo, portanto, com o artigo 18, inciso XII, do Decreto nº 16.098/1994.*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

29. Importante observar que as falhas e/ou irregularidades em questão representam grave afronta às normas legais e regulamentares, notadamente à Lei nº. 8.666/93, à Lei Distrital nº. 2.415/99 e ao Decreto nº. 16.098/94, cuja inobservância macula a gestão dos dirigentes responsáveis pela STDH/DF no exercício de 2002.

30. Cumpre salientar que o Tribunal, ao julgar as contas dos gestores públicos, examina a atuação dos ordenadores de despesa no âmbito da Administração Pública no decorrer do exercício em análise. Assim, verificadas impropriedades capazes de macular a regularidade das contas de servidores responsáveis pela não observância de normativos legais, operacionais e/ou contábeis que regulam a gestão pública, impõe-se o chamamento ao feito dos responsáveis identificados, em audiência prévia, para que apresentem as razões de justificativas que julgarem pertinentes acerca dos fatos arrolados como indicadores das irregularidades apuradas. Caso as irregularidades não sejam esclarecidas a contento, cabível a rejeição das contas, nos termos do artigo 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº. 01/94.

31. Na espécie, verifica-se que as justificativas carreadas aos autos pelos dirigentes citados na Decisão nº. 2.160/2006 não se mostraram suficientes e satisfatórias para elidir as falhas e/ou irregularidades apontadas nos **subitens 3.1 – Ausência de documentação funcional do ICS na Unidade; 4.1 – Ausência de ressarcimento de ligações telefônicas; 4.2.1 – Ligações interurbanas em celulares; 5.1 – Ausência de planejamento e falha na elaboração do projeto básico; 5.2 – Contrato de Gestão firmado com acima da proposta inicial; 5.3 – Ausência de informações no processo e no Contrato de Gestão; 6.1 – Multas de trânsito pendentes de regularização; 6.2 – Multas cometidas por empregado do ICS sem ressarcimento; 6.4 – Recolhimento de veículos nas residências de motoristas; 6.5 – Falhas no preenchimento da documentação de controle de movimentação de veículos de serviço; e 7.1 – Recolhimento a menor do ISS** do Relatório de Auditoria nº. 034/2004-Controladoria, sendo afastadas, tão-somente, as impropriedades relativas às divergências identificadas entre o estoque físico, Notas de Recebimento e Notas Fiscais de compra de água mineral indicadas no Relatório nº. 02/2003-SLM/SGA e no Relatório de Auditoria nº. 077/03-Controladoria.

32. Não é demais repisar que as falhas apontadas nos **subitens 5.1, 5.2 e 5.3** referem-se às irregularidades objeto do Contrato de Gestão nº. 008/2002, cujas justificativas foram consideradas improcedentes pela Corte de Contas, quando do exame do Processo nº. 556/04 (Decisão nº. 8.469/2008), conforme já exposto nos parágrafos 26 a 28, supra.

33. Assim sendo, entendo que as falhas indicadas nos **subitens 3.1; 4.1; 4.2.1; 5.1; 5.2; 5.3; 6.1; 6.2; 6.4; 6.5 e 7.1** do Relatório de Auditoria nº. 034/2004-Controladoria afiguram-se de natureza grave que evidenciam ato de gestão antieconômico dos dirigentes da STDH/DF, posto que revelam desrespeito às leis e às normas regulamentares que regem a Administração Pública, tendo causado danos injustificados ao erário, conforme apurado no Processo nº. 556/04 (Decisão nº. 8.469/2008), mostrando-se suficientes para fundamentar a irregularidade das presentes contas.

34. Importante ressaltar, contudo, que o posicionamento expendido pela Unidade Técnica no sentido de afastar a responsabilidade da **Sra. Dulce Maria Jabour Tannuri** pelas irregularidades em apreço merecem temperamentos deste representante ministerial.

35. Em tese, caberia razão à inspetoria ao pugnar por que o Tribunal não imputasse responsabilidade pelas irregularidades apuradas nos autos àquela dirigente em razão do curto



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

prazo em que esteve à frente do cargo de Diretora de Apoio Operacional, entre **29.11.2002** e **31.12.2002**.

36. Todavia, impende observar que tal entendimento somente poderia ser aplicado à gestora em questão se não existisse ato concreto praticado por aquela dirigente, no exercício em apreço, que caracterizasse o cometimento de ato de gestão ilegal e antieconômico.

37. No caso vertente, contudo, observa-se que a **Sra. Dulce Maria Jabour Tannuri** foi alcançada pela decisão do Tribunal que julgou o Contrato de Gestão nº. 008/2002 ilegal, conforme se verifica na Decisão nº. 8.469/2008 (fls. 498/499), ratificada pelo Acórdão nº. 284/2008 (fls. 500/502), tendo sido, inclusive, multada em razão de ter sido considerada responsável pela liberação dos pagamentos irregulares havidos no citado ajuste.

38. Frise-se que a dirigente em questão, na condição de Ordenadora de Despesa da STDH/DF, deveria agir e decidir com prudência, tendo por base relatórios de execução dos serviços e a adequada prestação de contas dos recursos decorrentes do aludido contrato, não sem antes exigir os devidos atestados de execução emitidos pelos agentes públicos designados como executores técnicos daquele ajuste.

39. Nesse diapasão, entendo que, na espécie, não pode o Tribunal afastar a responsabilidade da **Sra. Dulce Maria Jabour Tannuri** pelas irregularidades constatadas na gestão sob exame, porquanto a dirigente já foi considerada responsável por falhas havidas naquela Unidade Administrativa no exercício de 2002.

40. No mesmo sentido, ao contrário do aduzido pela Unidade Técnica, entendo que os **Srs. Daniel Marques de Sousa** (Secretário da STDH/DF, no período de 01.01.2002 a 06.02.2002), **Paulo Roberto Soares** (Secretário-Adjunto, no período de 01.01.2002 a 14.03.2002; Secretário-Respondendo, no período de 02.01.2002 a 16.01.2002; e Diretor de Apoio Operacional-Respondendo, no período de 26.02.2002 a 04.03.2002), **Henrique José Cruz Laender** (Diretor de Apoio Operacional, período de 01.01.2002 a 25.02.2002) e **José Ribamar Lobo Castro** (Assessor de Gabinete, no período de 15.03.2002 a 31.12.2002), também devem responder integralmente pelas irregularidades apuradas nos autos, haja vista os esclarecimentos ofertados pelos nominados dirigentes não terem sido suficientes para afastar suas responsabilidades pelos fatos em exame.

41. No mais, constatada a ocorrência de graves irregularidades na gestão em tela, entendo importante individualizar a responsabilidade dos gestores, ressaltando que, aos Secretários de Estado, Diretores de Apoio Operacional e Assessores de Gabinete, cargos ocupados pelos dirigentes ora examinados, compete desempenhar, em seus respectivos âmbitos jurisdicionais, funções administrativas, políticas e sociais.

42. Assim, entendo que os gestores da STDH/DF, responsáveis pelo exercício de 2002, **Srs. Daniel Marques de Sousa** (Secretário de Estado), **Vatanábio Brandão de Souza** (Secretário de Estado), **Dulce Maria Jabour Tannuri** (Secretária de Estado - Respondendo), **Paulo Roberto Soares** (Secretário-Adjunto; Secretário de Estado -Respondendo; e Diretor de Apoio Operacional-Respondendo), **José Ribamar Lobo Castro** (Assessor de Gabinete), **Henrique José Cruz Laender** (Diretor de Apoio Operacional) e **José Ricardo de Moraes Verano** (Diretor de Apoio Operacional), devem ser responder, solidariamente, pelas irregularidades apontadas nos **subitens 3.1; 4.1; 4.2.1; 5.1; 5.2; 5.3; 6.1; 6.2; 6.4; 6.5 e 7.1** do Relatório de Auditoria nº. 034/2004-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

Controladoria, uma vez que os elementos constitutivos dos autos evidenciam a negligência dos nominados dirigentes no trato da coisa pública, na medida em que deixaram de observar a preceitos legais, regulamentares e operacionais que regem a Administração Pública, inobservância que, eivada de ilegalidade, acarretou prejuízos injustificados aos cofres públicos, conforme constatado no **Processo nº. 556/04**, razão pela qual pugno no sentido de que o Tribunal julgue irregulares as presentes contas, consoante previsto no artigo 17, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº. 01/94.

43. No mais, entendo correto o posicionamento expendido pela Inspeção no sentido de, no caso vertente, dispensar a aplicação da multa prevista no artigo 20 da Lei Complementar nº. 01/94, haja vista os **Srs. Vatanábio Brandão de Souza, Dulce Maria Jabour Tannuri e José Ricardo de Moraes Verano**, dirigentes diretamente envolvidos na execução do Contrato de Gestão nº. 008/2002, já terem sido multados pelas irregularidades detectadas naquele ajuste, nos termos do Acórdão nº. 284/2008 (cópia às fls. 500/502). Quanto aos demais gestores, **Srs. Daniel Marques de Sousa, Paulo Roberto Soares, Henrique José Cruz Laender e José Ribamar Lobo Castro**, observo que os elementos constitutivos dos autos não se mostraram suficientes para evidenciar eventuais responsabilidades no citado contrato, razão pela qual considero que a dispensa da multa em questão pode também ser-lhes estendida.

44. Pelo exposto, lamentando dissentar parcialmente da Unidade Técnica, este **Parquet** especializado sugere que o Tribunal considere, no mérito, improcedentes as razões de justificativa ofertadas pelos **Srs. Daniel Marques de Sousa, Vatanábio Brandão de Souza, Dulce Maria Jabour Tannuri, Paulo Roberto Soares, Henrique José Cruz Laender e José Ricardo de Moraes Verano**, ora em exame, e, em consequência, julgue irregulares as contas dos nominados dirigentes da Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal – STDH/DF, responsáveis pelo exercício de 2002, nos termos do artigo 17, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº. 01/94, em função da prática de ato de gestão ilegítimo e/ou antieconômico, que causou danos ao erário, caracterizada pelas falhas e/ou irregularidades indicadas nos **subitens 3.1; 4.1; 4.2.1; 5.1; 5.2; 5.3; 6.1; 6.2; 6.4; 6.5 e 7.1** do Relatório de Auditoria nº. 034/2004- Controladoria, sem prejuízo de dispensar a aplicação da multa prevista no artigo 20 da Lei Complementar nº. 01/94, pelo consignado no parágrafo antecedente.

É o parecer.

Brasília, 22 de novembro de 2010.

*Demóstenes Tres Albuquerque*  
**Procurador do Ministério Público de Contas do DF**